

Relatório de Avanço

Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica

Período de Referência: jan 2019 a jun 2019

julho 2019

Por ordem do

 Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza,
Construção e Segurança Nuclear

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

KfW



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



da República Federal da Alemanha

Sumário

1.	APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO.....	3
2.	O PROJETO – BREVE DESCRIÇÃO E ESTRUTURA	4
3.	ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS NO PERÍODO	5
4.	ALCANCE DE OBJETIVOS	7
5.	EXECUÇÃO FINANCEIRA	12
6.	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (DISPONIBILIDADE DE PESSOAL E RECURSOS FINANCEIROS).....	16
7.	QUESTÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS QUE IMPACTAM O PROJETO NO PERÍODO.....	16
8.	CONCLUSÃO, RECOMENDAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO	17
9.	ANEXOS.....	17
9.1.	BENEFICIÁRIOS APOIADOS.....	17
9.2.	INDICADORES.....	18

1. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

O presente Relatório de Avanço tem a finalidade de informar ao KfW, de forma objetiva, sobre o andamento das ações do Projeto, possibilitando assim um acompanhamento efetivo do mesmo. Ele contém informações técnicas, coordenadas pelo MMA com o apoio do FUNBIO, e informações financeiras, coordenadas pelo FUNBIO.

O relatório também funciona como ferramenta de monitoramento do Projeto descrevendo os avanços alcançados em relação aos objetivos e indicadores.

Período de abrangência deste relatório: 01 de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2019.

Períodos já reportados anteriormente: 16 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2018.

2. O PROJETO – BREVE DESCRIÇÃO E ESTRUTURA

O Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica tem por objetivo contribuir para a conservação da biodiversidade e recuperação da vegetação nativa na Mata Atlântica, com ênfase nas regiões dos mosaicos de Unidades de Conservação (UC) Lagamar, Central Fluminense (MCF), e Extremo Sul da Bahia (MAPES), contribuindo para a mitigação e adaptação à mudança do clima.

É um projeto do governo brasileiro, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), no contexto da Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, no âmbito da Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) do Ministério do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU). Prevê apoio técnico através da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, e apoio financeiro através do KfW Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento), por intermédio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO.

As abordagens de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima baseada em Ecossistemas (MbE e AbE), desenvolvidas e acolhidas no âmbito da CDB, incluem o uso da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos como parte de uma estratégia geral para promover sumidouros de carbono naturais para a mitigação de gases do efeito estufa e ajudar populações humanas a se adaptarem aos impactos da mudança do clima.

Através destas abordagens, que permeiam todo o Projeto, ele se estrutura em 4 componentes relativos aos eixos temáticos de ações apoiadas:

COMPONENTE 1 - PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Objetivo: apoiar os estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná na implementação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR); registrar pequenas propriedades rurais no SICAR; e apoiar determinados municípios na elaboração e implementação de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMAs.

COMPONENTE 2 - INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Objetivo: elaborar análise econômica da cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa visando o aumento do financiamento de ações de recuperação em larga escala nas regiões de atuação do projeto.

COMPONENTE 3 - GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA

Objetivo: consolidar as UCs dos mosaicos selecionados por meio da elaboração e implementação de Planos de Manejo das UCs e de Planos de Fiscalização Integrada para os mosaicos; fortalecer a cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa por meio da estruturação de núcleos de referência nas regiões de atuação do projeto.

COMPONENTE 4 - GESTÃO DO CONHECIMENTO

Objetivo: desenvolver plataforma de intercâmbio de experiências governamentais e da sociedade civil em ações de conservação e recuperação da Mata Atlântica, incluindo experiências de elaboração e implementação de PMMAs.

3. ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS NO PERÍODO

Após alinhamento entre MMA, FUNBIO e parceiros, foi encaminhado em 01/04/2019 pedido de não objeção ao PAAC 2019/2020, elaborado em referência ao último biênio do projeto. Em 07/06/2019, o KfW enviou a não objeção deixando o PAAC 2019/2020 apto para execução.

Ainda durante o período do relatório, foi decidido após alinhamentos, que não será realizado neste momento qualquer aditivo ao Acordo em Separado vigente e o KfW formalizou a extensão do período de desembolsos do projeto até dezembro de 2020 através de Carta em 07/06/2019.

Ainda em junho de 2019 o FUNBIO e o MMA deram início ao processo de renovação do Acordo de Cooperação assinado entre si que se encerra em novembro de 2019.

COMPONENTE 1 - PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Em dezembro de 2018, foi contratada a GITEC Brasil Consultoria Socio-Ambiental Ltda. para assessorar a implementação das atividades dos Componentes 1 e 3. No âmbito do Componente 1, as atividades a serem desenvolvidas pela consultoria seriam a assessoria na implementação das atividades do projeto relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural - CAR e à elaboração e implementação de PMMAs, incluindo realização de articulação com parceiros do projeto; assessoria na elaboração de termos de referência para contratação de consultorias e serviços, possíveis chamadas de projetos, especificações técnicas para aquisições de bens; assessoria na análise de propostas técnicas apresentadas aos termos de referência (TDRs) lançados pelo projeto e avaliação técnica dos produtos entregues pelas consultorias e demais contratações realizadas.

Em março de 2019, foi celebrado um Termo Aditivo ao contrato com a GITEC Brasil Consultoria Socio-Ambiental Ltda. alterando o cronograma físico-financeiro em decorrência da alteração nas datas de entrega dos produtos objeto do contrato (sem aumento no valor total deste). Os produtos entregues pela GITEC Brasil Consultoria Socio-Ambiental Ltda. durante o período do relatório, no âmbito do Componente 1, foram minutas de TdR para contratação de consultorias para identificação e inscrição no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) de povos e comunidades tradicionais (PCTs) dos municípios do MAPES e para identificação de PCTs dos municípios do Lagamar do estado de SP.

Durante o período do relatório foi finalizada a contratação iniciada ainda em 2018 para realização de inscrição de pequenas propriedades no CAR no Mosaico Extremo Sul da Bahia (MAPES/BA). A empresa Meyer Engenharia e Consultoria Ambiental iniciou suas atividades em março de 2019 com a entrega do primeiro produto em abril - o Plano de Trabalho com a estratégia de atuação da empresa (aprovado pelo órgão estadual ambiental da Bahia) e a lista de dos imóveis a serem cadastrados, com a identificação de pelo menos 70% dos proprietários (ou possuidores) dos imóveis rurais do MAPES e a localização geográfica destes. Ainda no período, a empresa solicitou a alteração dos prazos de entrega dos produtos subsequentes considerando o período de aprovação do Plano de Trabalho pela Comissão de acompanhamento do contrato. O aditivo será formalizado em julho de 2019.

No primeiro semestre de 2019, diante dos aprendizados adquiridos na gestão das inscrições no CAR e das alterações ocorridas no âmbito político-institucional, as OEMAs dos estados abrangidos pelos três mosaicos de áreas protegidas do projeto iniciaram um processo de rediscussão dos objetos dos TDRs relacionados à contratação de consultorias para apoio à análise e validação do CAR (CEFIR, na Bahia).

Em 10 de janeiro foi assinado o contrato com a empresa Masterplan para realização dos PMMAs em 10 municípios do Mosaico Central Fluminense no Rio de Janeiro (MCF/RJ). Até o final do mês de junho a empresa entregou 7 de seus 19 produtos realizando a instituição de grupos de trabalho nos municípios, o plano de sensibilização e divulgação de forma que os gestores locais tenham participação ativa nas atividades de elaboração dos PMMAs. Foram também realizadas oficinas sobre PMMAs e posteriormente análises estratégicas prévias para cada um dos municípios e um plano de trabalho para elaboração dos PMMAs. Em paralelo foi realizado o diagnóstico regional que servirá de base para que os municípios, com a facilitação da consultora, elaborem seus Planos Municipais da Mata Atlântica.

O Mosaico Lagamar, na porção paranaense, ocorreu o início da elaboração dos PMMAs com a empresa ECO Marumbi, contratada em 10/12/2018. Foram realizadas oficinas sobre PMMAs e formados os grupos de trabalho em cada um dos sete municípios entre março e maio. Foram também realizados os cursos introdutórios sobre PMMAs com enfoque em AbE e iniciada a análise estratégica prévia dos municípios litorâneos paranaenses englobados no presente projeto: Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, a qual deverá ser finalizada em julho, de forma a embasar a elaboração dos PMMAs.

COMPONENTE 2 - INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Já no âmbito do componente 2 foi assinado no dia 18/01/19 o contrato com a empresa Agroicone, responsável pela elaboração da estratégia de aumento da disponibilidade de financiamento para recuperação da vegetação nativa em larga escala, compreendendo os três mosaicos apoiados pelo projeto. Até junho de 2019 a Agroicone entregou o Plano de Trabalho detalhando a descrição e o cronograma das atividades a serem realizadas e o Relatório referente ao alinhamento de conceitos, abordagem e metodologias das três consultorias que realizarão análises econômicas das cadeias produtivas da recuperação da vegetação nativa, respectivamente, nos três mosaicos de áreas protegidas do Projeto.

A propósito, cada uma dessas três consultorias, até junho deste ano, entregou, com referência ao respectivo mosaico de áreas protegidas que foi foco de trabalho, o Plano de Trabalho detalhando a descrição e o cronograma das atividades a serem realizadas e o Relatório com o diagnóstico do atual estágio de desenvolvimento da cadeia de recuperação da vegetação nativa (coleta de sementes, produção de mudas nativas e implementação de projetos de recuperação) identificando os custos e receitas dos atores envolvidos.

COMPONENTE 3 - GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA

Conforme descrito acima com respeito ao Componente 1, em dezembro de 2018, foi contratada a GITEC Brasil Consultoria Socio-Ambiental Ltda. para assessorar a implementação das atividades dos Componentes 1 e 3. No âmbito do Componente 3, as atividades a serem desenvolvidas pela consultoria seriam a assessoria na implementação das atividades do projeto relacionadas aos núcleos de referência em recuperação da vegetação nativa e à elaboração e implementação

de planos de manejo e de planos de fiscalização integrada para as unidades de conservação de mosaicos do projeto, incluindo a realização de articulação com parceiros do projeto; assessoria na elaboração de termos de referência para contratação de consultorias e serviços, possíveis chamadas de projetos, especificações técnicas para aquisições de bens; assessoria na análise de propostas técnicas apresentadas aos TDRs lançados pelo projeto e avaliação técnica dos produtos entregues pelas consultorias e demais contratações realizadas.

Em março de 2019, foi celebrado um Termo Aditivo ao contrato com a GITEC Brasil Consultoria Socio-Ambiental Ltda. alterando o cronograma físico-financeiro em decorrência da alteração nas datas de entrega dos produtos objeto do contrato (sem aumento no valor total deste). Os produtos entregues pela GITEC Brasil Consultoria Socio-Ambiental Ltda. durante o período do relatório, no âmbito do Componente 3, foram minutas de TdR para contratação de consultorias para: apoio à elaboração e implementação do Plano de Fiscalização Integrada do MCF, incluindo as especificações técnicas necessárias para as aquisições de bens previstas para essa atividade; a revisão dos Planos de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) dos Frades e da Área de Proteção Ambiental (APA) de Caraíva-Trancoso no MAPES; a elaboração do Plano de Manejo da APA Suruí e da APA Guapi-Guapiaçu, no MCF; apoio à elaboração dos Planos de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Itapanhapima, da Reserva Extrativista (RESEX) da Ilha do Tumba e da RESEX Taquari no Lagamar/SP.

Após alinhamento entre o estado, o MMA e o FUNBIO, foi finalizado o Termo de Referência (TdR) para contratação da empresa que irá elaborar o Plano de Manejo das APAs Suruí e Guapi-Guapiaçu no MCF/RJ. Este TdR, cujo desenvolvimento resultou do apoio dado durante oficina de elaboração de TdR realizada em dezembro de 2018, foi o primeiro a ser solicitado em referência aos Planos de Manejo previstos no Componente 3 do projeto. O processo seletivo foi iniciado em 13/06/2019, e o prazo para manifestação de interesse de empresas será até 03/07/2019.

Ainda dentro do Componente 3, foram solicitados os bens que irão equipar a APA CIP no Mosaico Lagamar.

O Comitê Gestor, na reunião realizada em dezembro de 2018, sugeriu incluir dentre as ações do projeto, no âmbito da implementação de núcleos de referência em recuperação da vegetação nativa na Mata Atlântica, o apoio à reestruturação da rede de sementes da Mata Atlântica. Em consequência, o MMA e o OEMA do estado de São Paulo dispararam o processo de elaboração de um TDR para contratação de consultoria para apoiar a reestruturação dessa rede, compreendendo, a princípio: i) um estudo diagnóstico sobre o estado da Rede de Sementes da Mata Atlântica e identificação dos principais gargalos sentidos pelos atores da rede; ii) a identificação do potencial de produção de sementes e ações necessárias para o fomento da Rede; iii) a execução de atividades para a criação dos primeiros núcleos da Rede de Sementes (capacitação de coletores, construção de sistema de controle de origem e destino das sementes, criação de infraestrutura básica - casa de sementes, laboratórios).

4. ALCANCE DE OBJETIVOS

O Objetivo Geral do projeto é contribuir para a conservação da biodiversidade e a recuperação da Mata Atlântica, com ênfase nos mosaicos de unidades de conservação selecionados, contribuindo para a mitigação e adaptação da população às mudanças do clima. Para isso, o projeto possui objetivos específicos relacionadas à cada componente:

Componente 1. Objetivo Específico: Instrumentos de planejamento territoriais/regionais são estabelecidos nas regiões/municípios prioritários dos mosaicos de unidades de conservação.

Os instrumentos de ordenamento territorial a serem apoiados pelo projeto são o CAR e os PMMAs.

O CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional, instituído pela Lei nº 12.651/2012, obrigatório para todos os imóveis rurais, cuja finalidade é registrar e integrar as informações ambientais das propriedades rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento em escala nacional. O CAR é instrumento fundamental para promover ações organizadas entre o setor público e a sociedade civil de recuperação de áreas degradadas ou alteradas, com ênfase nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL).

Os Órgão Estaduais de Meio Ambiente – OEMAs são responsáveis por auxiliar pequenos proprietários rurais no processo de inscrição no CAR e por analisar e validar os cadastros realizados em seu território. Dessa forma, o Projeto Mata Atlântica se propôs a auxiliar os OEMAs dos estados da área de atuação do projeto (BA, SP, PR e RJ) nessas atividades.

Em 2019, a Meyer Engenharia e Consultoria Ambiental iniciou o levantamento dos dados ambientais e a inscrição de 4.348 pequenas propriedades rurais (até 4 módulos fiscais) no CEFIR nos municípios nos quais se situa o MAPES.

Neste ano, será lançado o TdR para contratação de consultoria para identificação e inscrição no CEFIR de PCTs dos municípios do MAPES. Até o final de 2019, também será concluído o processo de rediscussão dos objetos dos TDRs relacionados à contratação de consultorias para apoio à análise e validação do CAR (CEFIR, na Bahia).

Já o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) está previsto na Lei da Mata Atlântica (Lei Federal 11.428/2006) e no Decreto Federal 6.660/2008, que regulamenta a referida Lei. Trata-se de um instrumento de planejamento na esfera municipal que visa à conservação e recuperação dos remanescentes da Mata Atlântica. O PMMA é elaborado por livre iniciativa da administração municipal e serve como orientação para as ações públicas e privadas, para a atuação de entidades acadêmicas e de pesquisa, e para as organizações da sociedade. O PMMA é um importante instrumento de integração da conservação da biodiversidade, incluindo a recuperação da vegetação nativa e seu uso sustentável, ao planejamento municipal.

Em 2019 iniciou-se a elaboração dos PMMAs de dez municípios do Mosaico Central Fluminense no Rio de Janeiro, por meio da consultoria Masterplan. Na parte paranaense do Mosaico Lagamar, iniciou-se o trabalho com a consultoria Eco Marumbi. Ambos já comentados no item referente ao componente 1.

Componente 2. Objetivo Específico: Informações estratégicas importantes para a tomada de decisão para a conservação e restauração da Mata Atlântica são fornecidas.

A recuperação da vegetação nativa é uma medida essencial de adaptação à mudança do clima, contribuindo para a redução de riscos associados a eventos climáticos extremos e garantindo a manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais como o fornecimento de água, em cenários de temperaturas em elevação e/ou pluviosidade decrescente.

Entretanto, para incentivar o crescimento das atividades de recuperação da vegetação nativa nas regiões de atuação do projeto, faz-se necessária uma análise econômica detalhada da cadeia produtiva associada a esse tema em cada região, incluindo atividades de coleta de sementes, produção de mudas, implantação de projetos, além do potencial da comercialização de produtos madeireiros e não-madeireiros oriundos das áreas recuperadas.

Os resultados dessa análise econômica podem contribuir para a promoção da recuperação da vegetação nativa com base econômica, tanto em termos de políticas públicas como na implementação de negócios, discorrendo sobre modelos de recuperação passíveis de adoção mais bem-sucedida, as características de seus sistemas de cultivo e de produção e possíveis vocações regionais para mercado de produtos e serviços oriundos das áreas recuperadas.

Até junho deste ano, as três consultorias contratadas (no segundo semestre de 2018) para elaborarem uma análise da cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa nas respectivas regiões dos mosaicos de áreas protegidas apoiados pelo projeto entregaram os Planos de Trabalho detalhando a descrição e o cronograma das atividades a serem realizadas e os Relatórios com o diagnóstico do atual estágio de desenvolvimento da cadeia de recuperação da vegetação nativa (coleta de sementes, produção de mudas nativas e implementação de projetos de recuperação) identificando os custos e receitas dos atores envolvidos. Até o final de 2019 tais consultorias concluirão as análises econômicas.

Paralelamente, a Agroicone, contratada no início deste ano para elaborar a estratégia de aumento da disponibilidade de financiamento para recuperação da vegetação nativa em larga escala, compreendendo os três mosaicos apoiados pelo projeto, entregou, no primeiro semestre de 2019, o Plano de Trabalho detalhando a descrição e o cronograma das atividades a serem realizadas e o Relatório referente ao alinhamento de conceitos, abordagem e metodologias das três consultorias que realizarão análises econômicas das cadeias produtivas da recuperação da vegetação nativa, respectivamente, nos três mosaicos de áreas protegidas do Projeto. A contratada finalizará, no início de 2020, a estratégia de aumento da disponibilidade de financiamento para recuperação da vegetação nativa em larga escala, compreendendo os três mosaicos apoiados pelo projeto.

Componente 3. Objetivo Específico: Infraestruturas para a melhoria da gestão dos mosaicos de áreas protegidas foram criadas e estão em plena utilização.

Os mosaicos de Unidades de Conservação – UCs integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei nº 9.985/2000) e designam unidades de conservação próximas e de diferentes categorias que buscam a gestão integrada para compatibilizar a conservação, a valorização da sociobiodiversidade e o desenvolvimento sustentável em âmbito regional. A gestão integrada das unidades de conservação e de suas áreas de abrangência possibilita a implementação de instrumentos de ordenamento territorial integrados e a incorporação de aspectos relacionados às mudanças do clima, aprimorando as condições para a restauração da Mata Atlântica e a conectividade dos seus ecossistemas. Além disso, propicia a manutenção e valorização dos serviços ecossistêmicos. Desta forma, os mosaicos constituem regiões prioritárias para o alcance dos objetivos do projeto.

Foram selecionadas pelo projeto 11 UCs prioritárias para receberem apoio para elaboração e implementação dos seus Planos de Manejo. Essas UCs foram priorizadas pelo Comitê Gestor do Projeto, sendo 1 UC federal, 2 UCs municipais e 8 UCs estaduais.

Em 2019 foi iniciada a elaboração dos termos de referência para elaboração dos planos de manejos das unidades de conservação, em três blocos, um para cada mosaico. O Termo de referência relativo às UCs do MCF foi elaborado pelos gestores com apoio da consultoria GITEC e em julho será lançada solicitação de manifestação de interesse. O mesmo ocorreu para o mosaico MAPES, que também terá lançada a manifestação de interesse em julho. Já no mosaico Lagamar, as UCs paranaenses selecionadas para elaboração e revisão do plano de manejo tiveram avanço no TdR, porém o mesmo tem previsão de finalização em final de julho, com lançamento da manifestação de interesse em agosto. O TdR para elaboração dos planos de manejo das UCs do estado de SP foi elaborado e será lançada chamada para manifestação de interesse em julho. Até dezembro deste ano todas as empresas deverão estar contratadas e iniciando os trabalhos, para que ao final do projeto os planos de manejo estejam prontos para publicação.

A partir da definição pela não realização do aditivo ao Acordo em Separado do projeto, foi necessário o replanejamento da atividade de apoio aos Núcleos de referência, antes prevista para ser realizada através de Chamada de Projetos. Devido à não inclusão da modalidade nos documentos do projeto e ao tempo exíguo para realização de todas as etapas da Chamada, o MMA em conjunto com o FNBBIO optou pela não realização da Chamada. O apoio à estruturação ao núcleo de referência se dará através da contratação de consultoria.

Por fim, em decorrência de uma sugestão do Comitê Gestor, na reunião realizada em dezembro de 2018, está sendo elaborado um TDR para contratar uma consultoria para apoiar a reestruturação da rede de sementes da Mata Atlântica, compreendendo, a princípio: i) um estudo diagnóstico sobre o estado da Rede de Sementes da Mata Atlântica e identificação dos principais gargalos sentidos pelos atores da rede; ii) a identificação do potencial de produção de sementes e ações necessárias para o fomento da Rede; iii) a execução de atividades para a criação dos primeiros núcleos da Rede de Sementes (capacitação de coletores, construção de sistema de controle de origem e destino das sementes, criação de infraestrutura básica - casa de sementes, laboratórios).

Componente 4. Objetivo Específico: A capacidade institucional aos níveis nacional, estadual e municipal, bem como representantes da sociedade civil é ampliada e melhorada.

Neste componente, para se atingir o objetivo de ampliar e melhorar a capacidade institucional para realização de ações de conservação e recuperação da Mata Atlântica, se propôs o desenvolvimento de uma plataforma web de intercâmbio e aprendizagem por meio da qual funcionários dos governos locais e representantes da sociedade civil organizada pudessem trocar informações e experiências relacionadas aos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMAs.

Em 2019 foram avaliadas as possibilidades de execução desta atividade junto à empresa que hoje detém uma Plataforma com informações nacionais relativas à elaboração dos PMMAs, além de abrigar cursos e materiais informativos sobre o tema. Um termo de referência foi minutado pelos parceiros, mas não houve avanço em razão da dificuldade de financiar a

estruturação de uma Plataforma privada apontada pelo doador. Nesse sentido, foram feitas gestões com o apoio da GIZ para que a plataforma seja disponibilizada pela empresa a um parceiro não governamental sem fins lucrativos, de modo que se possa dar continuidade à proposta de estruturação de uma plataforma que apoie a elaboração dos PMMAs e sirva de ambiente para troca de informações sobre o tema. Até o final de 2019 espera-se ter avançado com a articulação para possibilitar o avanço desta atividade.

5. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Execução financeira – por componente (Euro)							
Componentes e Resultados	Módulo CF - KfW (euro)	Executado até Dez/18	Execução no Período	Comprometido	Previsto	Total	SALDO total
	A	B		C	D	B+C+D	E=A-(B+C+D)
Componente 1: Planejamento territorial/ regional	2.450.000,00	6.009,21	128.032,97	583.100,75	-	717.142,92	1.732.857,08
1.1 Fortalecimentos de Sistemas CAR e planejamento e registros/ validação de cadastros	1.750.000,00	-	47.033,54	280.758,28	-	327.791,82	1.422.208,18
1.2 Elaboração e implementação de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica	700.000,00	6.009,21	80.999,43	302.342,47	-	389.351,10	310.648,90
Componente 2: Instrumentos Econômicos	320.000,00	6.336,40	70.620,46	218.353,57	-	295.310,43	24.689,57
2.1 Estudos econômicos sobre a cadeia de restauração da Mata Atlântica	320.000,00	6.336,40	70.620,46	218.353,57	-	295.310,43	24.689,57
Componente 3: Gestão de Mosaicos de Unidades de Conservação e Restauração	3.680.000,00	227.243,89	44.181,13	-	510.380,48	781.805,50	2.898.194,50
3.1 Consolidação de Unidades de Conservação por meio da elaboração e implementação de planos de manejo	1.130.000,00	21.729,64	6.205,26	-	-	27.934,90	1.102.065,10
3.2 Elaboração e implementação de Planos de Proteção Integrada de mosaicos de unidades de conservação	750.000,00	-	-	-	510.380,48	510.380,48	239.619,52
3.3 - Estruturação de núcleos de referência em recuperação da vegetação nativa na Mata Atlântica	1.800.000,00	205.514,25	37.975,87	-	-	243.490,12	1.556.509,88
Componente 4: Conhecimento em Gestão	250.000,00	-	-	-	-	-	250.000,00
4.1 Desenvol. e implement. plataforma web-based p/ informar e promover troca de experiências em iniciativas de proteção e recuperação da Mata Atlântica	250.000,00	-	-	-	-	-	250.000,00

Funbio (até 14%)	785.000,00	332.473,51	138.918,49	191.395,33	36.128,69	698.916,02	86.083,98
Reserva Técnica (5%)	380.000,00	-	-	-	-	-	380.000,00
Total	7.865.000,00	572.063,01	381.753,05	992.849,65	546.509,17	2.493.174,88	5.371.825,12

* Data base de 30/06/2019

* Câmbio utilizado para converter Comprometido e Previsto é de R\$4,3577 de 30/06/2019

Executado: Todas as despesas que efetivamente foram pagas

Comprometido: São todas as solicitações que já foram contratadas e ainda não foram pagas

Previsto: São as solicitações realizadas e que ainda estão em Compras em processo de cotação.

Execução financeira – por Mosaico (Euro)					
Mosaicos	Executado até Dez/18	Execução no Período	Comprometido	Previsto	Total
	B		C	D	B+C+D
Mosaico do Extremo Sul da Bahia (Bahia)	-	4.352,06	215.180,07	114.739,43	334.271,55
Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense (Rio de Janeiro)	-	83.150,66	276.974,02	84.218,74	444.343,42
Mosaico Lagamar (São Paulo e Paraná)	6.336,40	30.016,62	135.065,81	287.307,52	458.726,36
Geral	233.253,10	125.315,22	174.234,42	24.114,79	556.917,53
Total	239.589,50	242.834,56	801.454,32	510.380,48	1.794.258,86

* Este demonstrativo não contempla o valor do FUNBIO

* Data base de 30/06/2019

* Câmbio utilizado para converter Comprometido e Previsto é de R\$4,3577 de 30/06/2019

Execução Financeira - por categoria (Euro)					
	Executado até Dez/18	Execução no Período	Comprometido	Previsto	Total
Categorias	B		C	D	B+C+D
Bens - MAIII	-	-	-	22.949,03	22.949,03
Consultoria PF - MAIII	6.161,06	551,34	-	-	6.712,40
Consultoria PJ - MAIII	126.041,09	236.885,72	801.454,32	486.265,69	1.650.646,82
Custos Recorrentes - MAIII	332.473,51	138.918,49	191.395,33	36.128,69	698.916,02
Desembolso - MAIII	-	-	-	-	-
Diária - MAIII	18.597,78	- 228,85	-	-	18.368,93
Obras - MAIII	-	-	-	-	-
Passagem - MAIII	51.138,87	-	-	-	51.138,87
Serviços PF - MAIII	-	-	-	-	-
Serviços PJ - MAIII	37.650,70	5.626,35	-	1.165,75	44.442,80
Total	572.063,01	381.753,05	992.849,65	546.509,17	2.493.174,88

* Data base de 30/06/2019

* Câmbio utilizado para converter Comprometido e Previsto é de R\$4,3577 de 30/06/2019

6. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (DISPONIBILIDADE DE PESSOAL E RECURSOS FINANCEIROS)

Conforme estabelecido no Acordo de Cooperação entre MMA e FUNBIO, o MMA mantém uma equipe de coordenação técnica e de gestão do projeto contendo um coordenador-geral e dois analistas ambientais do Departamento de Conservação de Ecossistemas - DECO, responsáveis por atividades tais como: organização e realização das reuniões do Comitê Gestor do Projeto; elaboração do Plano Operativo Anual - POA em parceria com o Módulo de Cooperação Técnica do Projeto (GIZ); elaboração de termos de referência e textos de chamadas de seleção de consultores e projetos para o cumprimento dos objetivos e componentes do projeto; acompanhamento das consultorias e serviços contratados e aprovação dos produtos produzidos; articulação e mobilização dos parceiros executores do projeto, principalmente os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs dos Estados da BA, SP, PR e RJ, para a execução das atividades de responsabilidade dos parceiros, dentre outras.

Os OEMAs são representados por um ponto focal do projeto, responsável por participar das reuniões do Comitê Gestor e propor as atividades de responsabilidade dos respectivos OEMAs em cada componente. Também são responsáveis por elaborar os termos de referência e acompanhar as contratações de responsabilidade deles no âmbito do POA, incluindo a aprovação dos produtos. Em cada atividade, os OEMAs disponibilizam outros servidores e analistas, conforme o tema da contratação e expertise dos analistas, para auxiliar na elaboração dos TdRs e acompanhamento das consultorias contratadas.

A GIZ colabora com o MMA e os OEMAs, dando suporte técnico para a elaboração dos TdRs e acompanhamento das consultorias, conforme as atividades diretamente relacionadas aos indicadores do módulo de cooperação técnica do projeto, principalmente relacionadas as temáticas de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMAs e de Planos de Manejo de UCs (Componentes 1 e 3 do projeto). Ainda, auxilia na integração da abordagem de Adaptação às mudanças do clima baseada em Ecossistemas – AbE em todas as atividades executadas pelo projeto.

O FUNBIO, além de executar as funções financeiras do projeto e realizar todos os processos seletivos e de contratação necessários para o cumprimento das atividades do POA, auxilia o MMA e os parceiros na elaboração dos termos de referência a partir de modelos de documentos disponibilizados e da experiência adquirida de mais de 20 anos de execução de projetos de cooperação internacional. A equipe do projeto no FUNBIO conta com um gerente e ponto focal financeiro, além do desempenho de diversas funções por parte de outras equipes como assessoria jurídica, comunicação, compras e coordenação.

Os recursos financeiros relacionados à remuneração da equipe técnica e administrativa do MMA e parceiros estaduais, os custos de locação e manutenção das dependências físicas do MMA e parceiros estaduais, e os custos operacionais para as atividades de gestão do projeto (telefone, internet, manutenção de computadores, passagens e diárias para visitas de campo, etc.) são contabilizados como contrapartida não-financeira do projeto.

Os custos de gestão do projeto pelo FUNBIO seguem o determinado no Anexo 08 do Acordo em Separado. Além disso, os mesmos são mensalmente aprovados pelo MMA em relatórios específicos que discriminam custos fixos e variáveis. Os custos fixos são referentes à manutenção da equipe e os custos variáveis referentes a cada atividade ou compra/contratação realizada. Por conta dos atrasos ocorridos anteriormente ao início das atividades, o FUNBIO iniciou a recuperação de custos fixos somente a partir de março de 2017.

7. QUESTÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS QUE IMPACTAM O PROJETO NO PERÍODO

As mudanças de direção no MMA e nos OEMAs continuaram ocorrendo no primeiro semestre de 2019, refletidas nas alterações nas estruturas organizacionais executadas ou ainda em andamento. Tais mudanças ocasionaram novas alterações nas equipes técnicas de acompanhamento do projeto e nas prioridades dos parceiros na execução das atividades previstas nos POAs. A necessidade de rearticulação e nivelamento sobre o projeto com as novas equipes e as alterações nas atividades previstas no POA causaram novo atraso na execução técnica e financeira do projeto. Para

solucionar esses problemas, até o final de 2019 serão assinados Acordos de Cooperação com os OEMAs para formalizar a parceria com o projeto e registrar as responsabilidades de ambas as partes na execução deste. Os Acordos também possibilitarão a doação dos bens adquiridos pelo FUNBIO para as UCs estaduais.

Os dois assessores (da GITEC Brasil Consultoria Socio-Ambiental Ltda.) contratados com recursos do projeto para assessorarem a implementação das atividades dos Componentes 1 e 3 de fato apoiaram a equipe do projeto nas etapas de articulação com parceiros, elaboração de TDRs para contratação de consultorias e serviços e de especificações técnicas para aquisições de bens. Porém, a agilização dos processos de contratação esperada nessa assessoria talvez seja relativizada na medida em que a velocidade de tais processos continuou a ser impactada pelas mudanças supracitadas no MMA e nos OEMAs. De todo modo, espera-se que, passado o período das mudanças estruturais no MMA e nos OEMAs, as etapas seguintes dos processos de contratação ocorram com mais celeridade.

A inclusão da modalidade de Chamada de Projetos no MOP foi revista, uma vez que se definiu pela não realização do aditivo ao Acordo em Separado entre FUNBIO e KfW (que formalizou a extensão do período de desembolsos do projeto até dezembro de 2020 através de Carta em 07/06/2019). Assim, MMA e FUNBIO replanejaram a atividade de apoio aos Núcleos de referência em recuperação da vegetação nativa (antes prevista para ser realizada através de Chamada de Projetos) prevendo sua execução por meio da contratação de consultoria.

8. CONCLUSÃO, RECOMENDAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO

Em conclusão, apesar dos atrasos decorrentes das mudanças de ordem político-institucional sofridas pelo MMA e pelos OEMAs nos quais se encontram os mosaicos de áreas protegidas abrangidos pelo projeto, este, no primeiro semestre de 2019, logrou comprometer quase o dobro de recursos (74% a mais) em comparação aos recursos executados no período contemplado pelo relatório anterior. Ainda assim, há cerca de 2/3 dos recursos do projeto a serem comprometidos e executados – um enorme desafio para MMA, OEMAs, FUNBIO e KfW, aos quais cabe continuar procurando dar maior celeridade aos processos administrativos, a fim de cumprir os objetivos do projeto até o final de 2020.

9. ANEXOS

9.1. BENEFICIÁRIOS APOIADOS

São beneficiários diretos do projeto o MMA e os membros do Comitê Gestor que incluem o ICMBio e os OEMAS dos 04 estados apoiados (Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia), assim como a Rede de ONGs da Mata Atlântica e o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, que propõem e executam atividades com os recursos do projeto.

Todavia, os reais beneficiários das ações do Projeto são os habitantes dos territórios onde se localizam os mosaicos de unidades de conservação selecionados que dependem diretamente dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos fornecidos pela Mata Atlântica. Além disso, toda a população da Mata Atlântica se beneficia da conservação e restauração deste importante bioma.

9.2. INDICADORES

Objetivo Geral: Contribuir para a conservação da biodiversidade e a restauração/recuperação de áreas degradadas na Mata Atlântica, com ênfase nos mosaicos de unidades de conservação selecionados, contribuindo para mitigação e adaptação à mudança do clima.

Indicador 0 (Revisado)	Foram elaboradas medidas de mitigação e adaptação à mudança do clima baseadas em ecossistemas (MbE/AbE) em uma área de pelo menos 300.000 hectares nas regiões dos mosaicos de unidades de conservação da Mata Atlântica selecionados, por meio de atividades da cooperação técnica (CT) e da cooperação financeira (CF).	
<i>Linha de Base:</i>	Linha de base: Até 03/2018 foram elaboradas, com recursos da CT, medidas de MbE/AbE em 210.171,51 hectares nas regiões dos mosaicos de unidades de conservação selecionados pelo projeto.	
<i>Método e fonte de coleta:</i>	Informações reportadas pelos OEMAs, municípios e gestores de UCs apoiados. Fonte de dados: PMMAs e Planos de Manejo elaborados.	
Escala % de progresso	Definição da escala de progresso estimado	Data
100%	Para uma área de 300.000 hectares nos mosaicos de unidades de conservação foram elaboradas medidas de mitigação e adaptação com enfoque ecossistêmico.	2020
90%	Para uma área de 250.000 hectares nos mosaicos de unidades de conservação foram elaboradas medidas de mitigação e adaptação com enfoque ecossistêmico.	2019
60%	Para uma área de 200.000 hectares nos mosaicos de unidades de conservação foram elaboradas medidas de mitigação e adaptação com enfoque ecossistêmico.	2018
30%	Para uma área de 100.000 hectares nos mosaicos de unidades de conservação foram elaboradas medidas de mitigação e adaptação com enfoque ecossistêmico.	2017
<i>Progresso atual:</i>	70 %	
<i>Explicação do progresso:</i>	<p>Com recursos da Cooperação Técnica do projeto, foram elaboradas até dezembro de 2018 medidas de MbE/AbE em 210.171,51 hectares nas regiões dos mosaicos de unidades de conservação selecionados pelo projeto, o que corresponde à 70% da meta de 300.000 hectares.</p> <p>Essas medidas estão relacionadas principalmente aos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica - PMMAs em 11 municípios no Extremo Sul da Bahia, à elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Federal Cananeia/Iguape/Peruibe – APA CIP no litoral sul de São Paulo e há medidas de monitoramento de projetos de recuperação da vegetação nativa realizados pelo Pacto pela Restauração da Mata Atlântica – Pacto nos municípios de atuação do projeto na BA, PR e RJ.</p> <p>Serão monitoradas até dezembro de 2020 novas medidas de MbE/AbE elaboradas no âmbito das atividades apoiadas pela Cooperação Financeira, tais como: a elaboração de PMMAs em 10 municípios no RJ, 7 municípios no PR e 5 municípios em SP; elaboração de Planos de Manejo de 11 Unidades de Conservação – UCs, sendo 2 no RJ, 2 na BA, 4 no PR e 3 em SP, recuperação da vegetação nativa de áreas de APP e RL localizadas em pequenas propriedades rurais de Porto Seguro-BA, dentre outras.</p>	

Componente 1: Planejamento Territorial

Objetivo Específico 1: Instrumentos de ordenamento territorial são estabelecidos nas regiões/ municípios prioritários dos mosaicos de unidades de conservação selecionados.

Indicador 1.1 (Revisado)	Pelo menos 50% do número de cadastros no CAR de pequenas propriedades rurais localizadas nos municípios de atuação do projeto com registro analisado.
<i>Linha de Base:</i>	Linha de base: 16.956 pequenos imóveis rurais cadastrados no SiCAR nos municípios de atuação do projeto até junho de 2018 (anexo 1).
<i>Método e fonte de coleta:</i>	Acompanhamento por meio de informações reportadas pelos OEMAs e Serviço Florestal Brasileiro - SFB. Fonte de dados: SiCAR.

Escola % de progresso	Definição da escala de progresso estimado	Data
100%	Pelo menos 50% do número de pequenas propriedades rurais de cada mosaico com registro analisado no SiCAR	2020
75%	Pelo menos 25% do número de pequenas propriedades rurais de cada mosaico com registro analisado no SiCAR	2019
50%	Pelo menos 15% do número de pequenas propriedades rurais de cada mosaico com registro analisado no SiCAR	2018
5 %	Definição da linha de base e elaboração dos TdRs	2017

<i>Progresso atual:</i>	3 %
-------------------------	-----

<i>Explicação do progresso:</i>	<p>Foi definida a linha de base deste indicador conforme os números de pequenos imóveis rurais cadastradas no SiCAR nos municípios de atuação do projeto até junho de 2018, sendo o total de 16.956 imóveis, dos quais 1033 estão localizados na BA, 5.904 no RJ e 10.019 em SP e PR. Desta forma, a meta do projeto é que pelo menos 50% desses imóveis estejam com o registro no CAR analisado pelos órgãos estaduais.</p> <p>No primeiro semestre de 2019, diante dos aprendizados adquiridos na gestão das inscrições no CAR e das alterações ocorridas no âmbito político-institucional, as OEMAs dos estados abrangidos pelos três mosaicos de áreas protegidas do projeto iniciaram um processo de rediscussão dos objetos dos TDRs relacionados à contratação de consultorias para apoio à análise e validação do CAR (CEFIR, na Bahia).</p>
---------------------------------	--

Indicador 1.2 (Novo)	Pelo menos 15 municípios da área de atuação do projeto com Planos Municipais de Conservação e Restauração da Mata Atlântica elaborados e em processo de implementação.
<i>Justificativa para inclusão do novo indicador:</i>	Recursos significativos do projeto serão aportados para a elaboração e implementação de PMMAs e não havia um indicador específico que monitorasse essa atividade do projeto.
<i>Linha de Base:</i>	Em 2015, dos 42 municípios de atuação do projeto, apenas Porto Seguro/BA possuía PMMA elaborado e Santa Cruz Cabralia/BA estava em processo de elaboração.

<i>Método e fonte de coleta:</i>		Acompanhamento por meio de informações reportadas pelos OEMAs. Fonte de dados: Base de dados dos OEMAs, plataforma online Ambiental Consulting.
<i>Escala % de progresso</i>	<i>Definição da escala de progresso estimado</i>	<i>Data</i>
100%	Processo de implementação dos PMMAs iniciado	2020
75%	Elaboração dos 15 PMMAs finalizada	2019
50%	Processo de elaboração dos 15 PMMAs iniciado	2018
5 %	Mobilização dos OEMAs e dos municípios e elaboração dos TdRs	2017
<i>Progresso atual:</i>		50 %
<i>Explicação do progresso:</i>		<p>Em 2018 foram iniciados os processos seletivos para contratação de consultorias para realizar, em parceria com os gestores municipais, a elaboração de 10 PMMAs no RJ e 7 PMMAs no PR. A consultoria do PR teve início em dezembro de 2018 e a consultoria do RJ iniciou previsão de início em janeiro de 2019. Ambas têm previsão de contrato de 565 dias.</p> <p>Em 2019, o MMA, em parceria técnica com a GIZ, tem acompanhado o processo participativo de elaboração desses planos que incluirão a abordagem de Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE). As duas consultorias estão em andamento, tendo formado os grupos de cada município que irão elaborar os PMMAs com base nos diagnósticos já entregues e cursos de capacitação em PMMAs e AbE.</p> <p>Também está previsto o lançamento de um novo TdR para contratação de consultoria que auxiliará a elaboração do PMMA em outros 5 municípios em SP.</p>

Componente 2: Instrumentos Econômicos

Objetivo Específico 2: Informações estratégicas importantes para a tomada de decisão para a conservação e restauração da Mata Atlântica são fornecidas.

Indicador 2.1 (Revisado)	Estudo econômico para a restauração da Mata Atlântica nas áreas de atuação do projeto é concluído, aprovado, publicado e apresentado em pelo menos duas oficinas ou conselhos públicos relacionados à restauração, com o objetivo de ser utilizado como base para a elaboração, revisão ou implementação de políticas e programas de recuperação da Mata Atlântica.	
<i>Linha de Base:</i>	Em 2015 nenhum estudo econômico para restauração da Mata Atlântica nas áreas de atuação do projeto estudo havia sido realizado.	
<i>Método e fonte de coleta:</i>	Acompanhamento por meio de relatórios de progresso do estudo econômico e da sua divulgação.	
Escala % de progresso	Definição da escala de progresso estimado	Data
100%	Estudo apresentado em oficinas e conselhos públicos relacionados à recuperação da vegetação	2020
75%	Estudo finalizado e publicado	2019
30%	Processo seletivo finalizado e estudo iniciado	2018
10%	TdR elaborado	2017
<i>Progresso atual:</i>	47 %	
<i>Explicação do progresso:</i>	<p>Em 2018 foram iniciados os processos seletivos para a contratação de consultorias técnicas para elaboração de análise econômica da cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativas nas regiões de atuação do projeto (3 consultorias regionais, uma para cada mosaico) e para elaboração de estratégia de aumento da disponibilidade de financiamento para a recuperação da vegetação nativa em larga escala nas regiões de atuação do projeto (1 consultoria para as três regiões). A consultoria regional do Lagamar teve início em setembro de 2018 e as demais consultorias em dezembro de 2018.</p> <p>Até junho deste ano, as três consultorias contratadas (no segundo semestre de 2018) para elaborarem uma análise da cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa nas respectivas regiões dos mosaicos de áreas protegidas apoiados pelo projeto entregaram os Planos de Trabalho detalhando a descrição e o cronograma das atividades a serem realizadas e os Relatórios com o diagnóstico do atual estágio de desenvolvimento da cadeia de recuperação da vegetação nativa (coleta de sementes, produção de mudas nativas e implementação de projetos de recuperação) identificando os custos e receitas dos atores envolvidos. Esses dois produtos representam 40% do esforço estimado para a conclusão dos serviços. Até o final de 2019 tais consultorias concluirão as análises econômicas.</p> <p>Paralelamente, a Agroicone, contratada no início deste ano para elaborar a estratégia de aumento da disponibilidade de financiamento para recuperação da vegetação nativa em larga escala, compreendendo os três mosaicos apoiados pelo projeto, entregou, no</p>	

primeiro semestre de 2019, o Plano de Trabalho detalhando a descrição e o cronograma das atividades a serem realizadas e o Relatório referente ao alinhamento de conceitos, abordagem e metodologias das três consultorias que realizarão análises econômicas das cadeias produtivas da recuperação da vegetação nativa, respectivamente, nos três mosaicos de áreas protegidas do Projeto. Esses dois produtos representam 32% do esforço estimado para a conclusão dos serviços. A contratada finalizará, no início de 2020, a estratégia de aumento da disponibilidade de financiamento para recuperação da vegetação nativa em larga escala, compreendendo os três mosaicos apoiados pelo projeto.

Em 2020, após o término das consultorias, será desenvolvido uma estratégia de divulgação dos resultados para atores estratégicos, incluindo comitês governamentais e instituições financeiras, com o auxílio da Cooperação Técnica (GIZ).

Componente 3: Gestão de UCs e Restauração

Objetivo Específico 3: Planejamentos e estruturas para a melhoria da gestão das Unidades de Conservação e da restauração nas regiões dos mosaicos selecionados foram criados e estão em plena utilização.

Indicador 3.1 (Revisado)	Pelo menos 8 Unidades de Conservação localizadas nos mosaicos de atuação do projeto possuem plano de manejo elaborado/revisado com enfoque na adaptação às mudanças do clima (AbE), com equipamentos e infraestrutura adquiridos pelo projeto para sua implementação.	
<i>Linha de Base:</i>	Em 2015, das 95 UC abrangidas pelos Mosaicos, 65 não possuíam planos de manejo. Nenhum dos Planos de Manejo possuíam, em 2015, enfoque em AbE.	
<i>Método e fonte de coleta:</i>	Acompanhamento por meio relatório de execução do FUNBIO e MMA, sendo os Planos de Manejo elaborados cadastrados no CNUC.	
Escala % de progresso	Definição da escala de progresso estimado	Data
100%	Planos de manejo em implementação	2020
75%	Planos de manejo elaborados	2019
20%	TdRs para elaboração/revisão dos Planos de Manejo elaborados pelos gestores das UCs	2018
10%	UCs a serem apoiadas definidas	2017
<i>Progresso atual:</i>	15 %	
<i>Explicação do progresso:</i>	<p>Em 2018, foi realizada em Brasília oficina de capacitação para os gestores das 11 UCs selecionadas pelo projeto para receberem apoio na elaboração de seus respectivos Planos de Manejo.</p> <p>A capacitação teve o objetivo de abordar a nova metodologia de elaboração de Planos de Manejo desenvolvida pelo ICMBio, visando uma redução dos custos e prazos de elaboração dos planos de manejo de UCs. Ainda, os gestores foram capacitados sobre como inserir a abordagem de AbE no processo de elaboração dos Planos e sobre como elaborar os TdRs para contratação das consultorias que auxiliarão nesse processo.</p> <p>Em 2019, os TdRs para a contratação de 4 consultorias específicas para elaboração de Planos de Manejo de 2 UCs na BA, 2 UCs no RJ, 4 UCs no PR e 3 UCs em SP serão lançados, tendo o prazo máximo de 300 dias para elaboração dos respectivos planos.</p> <p>Foi lançada chamada de manifestação de interesse para o conjunto de UCs selecionadas do MCF e está em processo de lançamento pelo FUNBIO a chamada de manifestação de interesse para o conjunto de UCs do MAPES. O TdR para conjunto de UCs do PR será finalizado no início do segundo semestre deste ano, e planeja-se que as consultorias dos três mosaicos estejam contratadas até o final de 2019.</p>	

Indicador 3.2 (Revisado)	Pelo menos 1 Plano de Fiscalização Integrada para os mosaicos de UCs elaborado/revisado e com equipamentos e infraestrutura adquiridos pelo projeto para iniciar sua execução.	
<i>Linha de Base:</i>	Em 2015, os Mosaicos Central Fluminense (MCF) e Extremo Sul da Bahia (MAPES) possuíam plano de fiscalização integrada elaborado, porém com baixa execução. O Mosaico Lagamar (SP/PR) não possuía plano de fiscalização integrada elaborado.	
<i>Método e fonte de coleta:</i>	Acompanhamento por meio de relatório de execução do FUNBIO e MMA.	
Escala % de progresso	Definição da escala de progresso estimado	Data
100%	Plano de Fiscalização Integrada em execução	2020
70%	Plano de Fiscalização Integrada em elaboração/revisão	2019
10%	Articulação com os órgãos gestores das UCs dos mosaicos para elaboração/revisão do Plano de Fiscalização Integrada	2018
5%	Reunião com ICMBio para definição de estratégia de elaboração e implementação do Planos de Fiscalização Integrada	2017
<i>Progresso atual:</i>	10 %	
<i>Explicação do progresso:</i>	<p>Em 2018, o MMA tentou, sem sucesso, realizar reunião com o ICMBio e os órgãos gestores das UCs dos mosaicos para a definição da estratégia de elaboração dos Planos de Fiscalização Integrada dos mosaicos. Mudanças na gestão do ICMBio e a baixa articulação dos conselhos dos mosaicos contribuíram para o insucesso dessa atividade.</p> <p>Em 2019, o projeto irá focar na elaboração do Plano de Fiscalização Integrada do MCF, conforme recomendação do Comitê Gestor do Projeto após manifestação dos OEMAS, com apoio do assessor Rafael Ummus contratado pelo projeto irá auxiliar no desenvolvimento dessa atividade. O TdR está em fase final de elaboração após articulação com ICMBio feita por meio dos gestores que presidem o Conselho do MCF.</p> <p>No segundo semestre de 2019 será feita articulação com MAPES para definição da estratégia para atualização do plano de fiscalização integrada, caso entendam necessário e iniciar as aquisições para implementação dos planos do MAPES e MCF.</p>	

Indicador 3.3 (revisado)	Pelo menos 1 núcleo de referência em recuperação da vegetação nativa na Mata Atlântica em operação, com atuação nos estados e/ou municípios do projeto, e com equipamentos e infraestrutura adquiridos pelo projeto para sua operação.	
<i>Linha de Base:</i>	Em 2015, não havia arranjos locais de núcleos de recuperação da vegetação com atuação nas áreas de do projeto.	
<i>Método e fonte de coleta:</i>	Acompanhamento por meio de relatório de execução do FUNBIO e MMA. Resultados disponibilizados na plataforma do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica – Pacto.	
<i>Escala % de progresso</i>	<i>Definição da escala de progresso estimado</i>	<i>Data</i>
100%	Projeto selecionado finalizado	2020
70%	Projeto selecionado em execução	2019
30%	Edital lançado e seleção dos projetos finalizada	2018
10%	Conceito de núcleo definido e edital para seleção de projetos elaborado	2017
<i>Progresso atual:</i>	20 %	
<i>Explicação do progresso:</i>	<p>Em 2018, o MMA, em parceria com o FUNBIO e os parceiros do projeto (OEMAS e Pacto) elaborou chamada de projetos de apoio a núcleos de referência em recuperação da vegetação nativa na Mata Atlântica por meio de fomento a atividades de capacitação, pesquisa, extensão e/ou difusão de tecnologia voltadas à recuperação da vegetação nativa e à produção e oferta de sementes e mudas de espécies nativas do bioma Mata Atlântica.</p> <p>Essa chamada previa o apoio a 3 ou 4 projetos de valor mínimo de R\$ 1,5 milhão e máximo de R\$ 2 milhões cada projeto. O FUNBIO havia formalizado a participação dos membros dos parceiros do projeto na Comissão Técnica de Avaliação das propostas.</p> <p>Todavia, a partir da definição pela não realização do aditivo ao Acordo em Separado do projeto, foi necessário o replanejamento da atividade de apoio aos Núcleos de referência. Devido à não inclusão da modalidade de Chamada de Projetos nos documentos do projeto e ao tempo exíguo para realização de todas as etapas da Chamada, o MMA em conjunto com o FNbio optou pela não realização da Chamada. O apoio à estruturação ao núcleo de referência se dará através da contratação de consultoria.</p>	

Componente 4: Conhecimento em Gestão

Objetivo Específico 4: A capacidade institucional aos níveis nacional, estadual e municipal, bem como representantes da sociedade civil é ampliada e melhorada.

Indicador 4.1	Uma plataforma para a troca de informações e experiências no desenvolvimento e na implementação de Planos Municipais (ou, alternativamente, em pagamentos por serviços ambientais) é colocada em operação															
<i>Linha de Base:</i>	Em 2015, não havia uma plataforma online com o objetivo específico de troca de informações e experiências em PMMA.															
<i>Método e fonte de coleta:</i>	Acompanhamento por meio de relatório de execução do FUNBIO e MMA.															
<table border="1"><thead><tr><th>Escala % de progresso</th><th>Definição da escala de progresso estimado</th><th>Data</th></tr></thead><tbody><tr><td>100%</td><td>Plataforma em operação</td><td>2020</td></tr><tr><td>75%</td><td>Elaboração da Plataforma</td><td>2019</td></tr><tr><td>20%</td><td>Definição da plataforma e elaboração do TdR</td><td>2018</td></tr><tr><td>10%</td><td>Articulação com parceiros para definição da plataforma</td><td>2017</td></tr></tbody></table>	Escala % de progresso	Definição da escala de progresso estimado	Data	100%	Plataforma em operação	2020	75%	Elaboração da Plataforma	2019	20%	Definição da plataforma e elaboração do TdR	2018	10%	Articulação com parceiros para definição da plataforma	2017	
Escala % de progresso	Definição da escala de progresso estimado	Data														
100%	Plataforma em operação	2020														
75%	Elaboração da Plataforma	2019														
20%	Definição da plataforma e elaboração do TdR	2018														
10%	Articulação com parceiros para definição da plataforma	2017														
<i>Progresso atual:</i>	15 %															
<i>Explicação do progresso:</i>	<p>Em 2018, foi realizado processo de articulação com a ANAMMA para definir a proposta de plataforma para a troca de informações e experiências no desenvolvimento e na implementação de PMMAs. Ficou acordado que utilizaremos a plataforma já existente (pmma.etc.br) que contou com apoio de projetos da ONU e da GIZ para ser desenvolvida, sendo necessários apenas aperfeiçoamentos na plataforma relacionados à interface de SIG para melhor monitoramento da elaboração e implementação dos PMMAs em toda a Mata Atlântica e melhor troca de informações sobre os planos existentes. Também serão aperfeiçoadas as ferramentas do curso online de elaboração de PMMAs oferecido pela plataforma.</p> <p>Em 2019, será desenvolvido o TdR para a contratação necessária para realizar tais aperfeiçoamentos na plataforma.</p>															